

## ESTADO PLURINACIONAL, DIREITOS DA NATUREZA E NOVOS HORIZONTES BIOCIVILIZATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA

Marcos Bernardino de Carvalho <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho resulta de investigação atualmente desenvolvida sobre o advento do Estado Plurinacional, considerando seus fundamentos, – *bien vivir* e ‘direitos da natureza’ – difundidos pelos povos originários e comunidades tradicionais e os horizontes promissores que essa nova instituição sugere para construir projeto (bio)civilizatório alternativo ao padrão global de espoliação, que o Estado Nacional Moderno ajudou a viabilizar. O Estado Plurinacional, em seu processo de construção e implantação, além de revelar compreensão da dinâmica geopolítica que levou ao atual padrão, além de indicar meios alternativos de combatê-lo, evidencia-se também bastante sintonizado com as questões centrais e críticas da atualidade, sobejamente a questão socioambiental e as urgências de enfrentamento que ela impõe. Com este trabalho pretende-se não só oferecer os argumentos que demonstram a força dessas propostas gestadas pioneiramente na América Latina, mas relatar parte dos resultados da investigação conduzida e sistematizada até a ocasião do XV ENANPEGE, ocorrido em outubro de 2023, em Palmas/TO. Dentre as etapas previstas para a consecução deste trabalho, que também se propõe a produzir um estado da arte da questão e da situação dos Estados Plurinacionais na América Latina, inclui-se algumas sondagens e pesquisas realizadas entre personagens relacionados às experiências de implantação dos Estados Plurinacionais em países latino-americanos selecionados, bem como uma avaliação da repercussão e compreensão dessa proposta entre os diversos multiplicadores de opinião crítica, no âmbito das universidades públicas brasileiras.

**Palavras-chave:** Estado Plurinacional, GeoPolítica, Crise socioambiental, Direitos da natureza, Bem viver.

### RESUMEN

El trabajo resulta de una investigación que se realiza actualmente sobre el advenimiento del Estado Plurinacional, considerando sus fundamentos – *bien vivir* y ‘derechos de la naturaleza’– difundidos por los pueblos originarios y comunidades tradicionales y los horizontes promissores que esta nueva institución sugiere para construir un proyecto de (bio)civilización alternativo al patrón global de saqueo, que el Estado Nacional Moderno hizo posible. El Estado Plurinacional, en su proceso de construcción y implementación, además de revelar una comprensión de las dinámicas geopolíticas que llevaron al actual patrón, no sólo indica medios alternativos para combatirlo, sino que también tiene mucha sintonía con temas centrales y críticos de hoy, especialmente el tema socioambiental y la urgencia para enfrentarlo. Este trabajo pretende no sólo ofrecer argumentos que demuestren la solidez de estas propuestas surgidas de manera pionera en América Latina, sino también informar parte de los resultados de la investigación realizada y sistematizada hasta el XV ENANPEGE, que se llevó a cabo en octubre de 2023 en Palmas/TO. Entre los pasos previstos para la realización de este trabajo, que también pretende producir un estado del arte sobre la cuestión y situación de los Estados Plurinacionales en América Latina, se encuentran algunas encuestas e investigaciones realizadas entre personajes relacionados con las experiencias de implementación de Estados Plurinacionales en países latinoamericanos seleccionados, así como una evaluación de la repercusión y comprensión de esta propuesta entre los diversos multiplicadores de la opinión crítica, en el ámbito de las universidades públicas brasileñas.

**Palabras clave:** Estado Plurinacional, GeoPolítica, Crisis socioambiental, Derechos de la naturaleza, Bien vivir.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (FFLCH/USP), mbcavalho@usp.br

## INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho é o advento do Estado Plurinacional, considerando as referências que o lastreiam, sintetizadas pela ideia do *bien vivir* em associação com o reconhecimento dos ‘direitos da natureza’, difundidas pelos povos originários e outras comunidades tradicionais, em seus processos de resistência à colonialidade, e as perspectivas promissoras que essa nova instituição sugere em termos de construção de um projeto alternativo ao padrão global de espoliação até aqui viabilizado, entre outros, pelo Estado Nacional Moderno.

Além de uma investigação de base teórica com revisão da literatura e das referências sobre a questão do Estado Plurinacional, incluindo os lastros mencionados, com atenção especial àquelas produzidas nos países que já o implantaram (Equador e Bolívia), também se procura produzir aqui um levantamento do estado da arte acerca da pesquisa e do interesse por essa questão no âmbito da produção de docentes das universidades e instituições brasileiras. Visitas *in loco* para conhecer e relatar os processos vividos por países latino americanos selecionados, assim como sondagens em eventos escolhidos (Congressos e eventos do ANDES, Acampamento Terra Livre e encontros acadêmicos como ENANPPAS e ENANPEGE) para aquilatar a recepção à ideia de apoiar e solidarizar-se com os processos de plurinacionalização dos Estados por parte de formadores e difusores de opinião e integrantes de movimentos sociais, igualmente são procedimentos que conduziram e seguem conduzindo a pesquisa que ensejou o trabalho que ora apresentamos.

Tais procedimentos já indicam os objetivos que especificamente este trabalho buscou realizar, bem como apontam para o objetivo geral que os unifica: divulgar a ideia, a importância e o papel dos Estados Plurinacionais, especialmente para facear a crise socioambiental, investigando a recepção e compreensão desse instituto em movimentos sociais e formadores de opinião selecionados, particularmente quando associados às ideias do bem viver e contemplando os ‘direitos da natureza’.

Compreender e reunir os argumentos, que indicam a força potencial da indissociação entre essas três dimensões de interesse da pesquisa –Plurinacionalidade, Bem Viver e Direitos da Natureza –, embora não fosse o seu objetivo declarado, revelou-se como algo que o próprio percurso da investigação evidenciou.

Cada uma dessas dimensões, quando consideradas isoladamente, já representa uma ideia-força capaz de implicar mudança em padrões estabelecidos, mesmo em contextos não totalmente favoráveis. A combinação delas, no entanto, potencializa essas condições, produzindo contextos mais ampliadamente acolhedores às propostas de mudança que essa fusão das perspectivas, encerradas por cada uma dessas ideia-força, impõe.

O percurso da investigação revelou também que embora sejam generalizadas as acolhidas às dimensões mencionadas, que traduzem os objetos de interesse da pesquisa, estas são muito menos reticentes por parte das pessoas com vínculos mais diretos com comunidades originárias e/ou tradicionais. Quanto maiores tais vínculos, menores as reticências

No âmbito da pesquisa teórica e bibliográfica, o foco no estado Plurinacional, remete-nos a visitar das obras dos chamados austro marxistas do início do século XX (BAUER, 2020) às suas atualizações latino-americanas (MILLALEO, 2021), proporcionando um percurso que nos leva a compreender uma certa originalidade latino-americana na adoção desse instituto. Aqui, compreendido e defendido como uma espécie de [sociobio]diversidade instituída, a perspectiva plurinacional descortina um horizonte que merece a consideração coletiva, particularmente em um contexto de convergência crítica como o de agora, em que a dimensão socioambiental dessa crise se sobressai, uma vez que tal perspectiva indica um meio possível para a reorganização da geografia política do mundo, que o coloque a serviço dos imperativos ecológico-ambientais, exigidos por novos e necessários projetos civilizatórios, especialmente quando associado ao reconhecimento dos “direitos da natureza” e aos horizontes de (re) existência constituídos em torno da ideia do *bien vivir*, ou dos bens viveres, se se preferir e como a própria revisão bibliográfica e a consideração das pluralidades de universos acaba indicada como mais correta.

## **METODOLOGIA**

A temática abraçada por este trabalho sugere seu engajamento em uma perspectiva de abordagem, transdisciplinar, pós-crítica e decolonial (QUIJANO, 2014 e WALSH, 2017). E isso, se por um lado, explicita a base metodológica que o sustenta, pois, segundo Moraes (2005), os métodos, e, mais ainda, as ‘metodologias’ não reduzidos ao instrumental técnico de pesquisa, revelam a “armação lógico-teórica da análise e reflexão” contida em uma pesquisa, por outro, indica o caminho de sustentação das raízes epistemológicas em que essa pesquisa se assenta, uma vez que a partir da autora e autor mencionados – Quijano e Walsh –, também é possível estabelecer a condição de resistência à ‘colonialidade do poder’ de que se revestiu o *‘bien vivir’*

(ou *'buen vivir'* ou *'bem viver'*), expressos na língua do colonizador, apesar da pluralidade de suas origens ancestrais nas expressões originárias de seus sentidos equivalentes para os modos de vida dos povos que praticavam e continuam a praticar esses sistemas de bens viveres, transformados em bandeiras de luta e horizontes de resistência, segundo os autores mencionados, a partir da invasão colonial.

Os *'direitos da natureza'*, o outro alicerce na conformação desse horizonte de (re) existências, converte-se em tensionamento importante e desafio quase intransponível para o atual sistema de espoliação, mantido pela *'colonialidade do poder'*, quando observados em associação com as dimensões da plurinacionalidade e dos bens viveres. As referências que nos fornecem nesse sentido as reflexões produzidas pelo pensador uruguaio Eduardo Gudynas (2019) e o equatoriano, ex-presidente da constituinte daquele país, Alberto Acosta (2016), complementam o quadro de referências e matrizes de que nos nutrimos para o desenvolvimento da investigação que ora apresentamos.

Os elementos de uma ecologia política ou de uma *'ecopolítica decolonial'*, capaz de se oferecer como contraponto ao padrão global de acumulação e à crise socioambiental, compõem-se a partir dessas referências e matrizes epistemológicas. Em obra recente o martinicano Malcon Ferdinand (2022), indica-nos a possibilidade dessa ecologia, que aliaria os interesses, resistências e horizontes propostos pelos originários com as manifestações de marronagem e aquilombamento, das práticas e comunidades produzidas pelos afrodescendentes.

Dessa forma, e ainda prestando um tributo às advertências sobre o significado da *'metodologia'* para o mencionado Moraes (*op. cit.*), que nos indica ser esta reveladora do posicionamento (e da ação) de um autor diante da parte dos desafios do mundo que ele se propõe a facear ou compreender, uma vez que, segundo ele, *"a opção metodológica traz em seu bojo a adesão a uma lógica e a aceitação de certas posturas ante as questões gnosiológicas"*, relacionam-se a seguir alguns dos procedimentos práticos e empíricos que, além da já mencionada pesquisa e revisão bibliográfica, viabilizaram a investigação aqui relatada, não sem antes também advertir que esses procedimentos, além de serem decorrência lógica de uma postura diante do mundo e do conhecimento, reúnem as ações previstas (projetadas), as realizadas e as sugeridas pelo próprio percurso. São/foram estes os procedimentos:

- Participação no 41º Congresso do Andes em Rio Branco/AC, em fevereiro, integrando delegação da ADUSP, onde apresentei, em coautoria com colegas filiados à essa

entidade, um Texto de Apoio – “Movimento Docente, Crise Socioambiental e Horizontes Biocivilizatórios” – para avaliar a recepção dos colegas às propostas de Texto de Resolução, nas quais se propunha para o Sindicato Nacional dos Docentes, entre outros: “Apoiar a luta enunciada pelas *Cumbres* dos povos originários da América, divulgando e debatendo por meio de eventos e ações promovidos por suas seções sindicais, suas perspectivas de *Bien Vivir*, Plurinacionalidade e Direitos da Natureza”; “Apoiar Acampamento Terra Livre (ATL)” e “Dar ampla divulgação aos documentos finais dos ATLS”;

- Participação no Acampamento Terra Livre, edição 2023, em Brasília, com coleta de depoimentos e produção de relato –“Acampamento Terra Livre 2023: ignorado apesar da importância”– publicado em < <https://adusp.org.br/opiniaio/terra-livre/>> (em abril);
- Colaboração com o número 72 da Revista Universidade e Sociedade – com tema geral “A crise ecológica e socioambiental: territórios, política e meio ambiente” –, para a qual enviei duas colaborações (um artigo – “Crise Socioambiental e Horizontes Biocivilizatórios: Estado Plurinacional, Bem Viver e Direitos Da Natureza” – e uma resenha do mencionado livro de Malcon Ferdinand, intitulada “Uma ecologia decolonial para sair do porão da modernidade”, disponíveis em <[https://www.andes.org.br/sites/universidade\\_e\\_sociedade](https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade)>);
- Conferência no IV Ciclo de Webnários – Desafios da Promoção da Saúde no séc. XXI/ Fiocruz –, debatendo ‘Bem viver, do direito à cidade e a ecologia decolonial’, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=pspH8pzhN8&t=2562s>> (final de maio);
- Viagem ao Chile, entre final de maio e começo de junho, em que realizei série de entrevistas, com ex-constituintes, membros do governo, ONGS etc., e proferi palestra na Universidade Católica – “Geografia, natureza y política” –, e de onde trouxe farto material sobre a experiência chilena e sobre as opiniões das pessoas entrevistadas acerca dos temas de minha pesquisa;
- Viagem para Santo Domingo/Rep Dominicana, para participar do XIX ‘Encuentro de Geografias de AL y Caribe’ (XIX EGALC), no final de junho, com a oportunidade de apresentar trabalho com título semelhante a este que ora remeto, debatê-lo com colegas de vários países da AL, e entrevistar dirigentes da Associação Dominicana de Geógrafos, particularmente seu presidente;

- Participação no 66º CONAD (Conselho do ANDES, em que participam representantes das Associações Docentes filiadas), ocorrido em Campina Grande/ PB, em julho, para onde foram remetidas as propostas de Texto de Resolução que apresentei no Congresso do Andes havido no Acre, com o intuito de acompanhar o desfecho e resultado desse processo de deliberação;
- Participação no XI ENANPPAS, ocorrido em Curitiba, em setembro, e no próprio XV ENANPEGE, ocorrido em Palmas, em outubro, encontros nos quais a possibilidade de coleta de opiniões em debates, inclusive com autoras/autores de referências bibliográficas importantes para esta investigação, revelou-se (consolidou-se, na verdade) como um procedimento de pesquisa para aferir as diferenças no acolhimento em relação aos temas desta investigação que está proporcionando uma amostragem importante para percepção de tendências em relação a esse acolhimento.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa propriamente dita, aqui apresentada, inicia-se com o acolhimento no Instituto de Estudos Avançados (IEA- USP) do projeto intitulado “Bem viver, Estado Plurinacional e os novos horizontes biocivilizatórios”, cujos objetivos assim se indicavam: divulgar a ideia, a importância e o papel dos Estados Plurinacionais (especialmente para fazer a crise socioambiental entre multiplicadores de opinião crítica, no âmbito das universidades públicas brasileiras); produzir um estado da arte da questão e da situação dos Estados Plurinacionais na AL; verificar a noção que o público-alvo mencionado no item anterior tem sobre o Estado Plurinacional, bem como a importância e o significado que lhe atribuem para a realidade brasileira e latino-americana; acompanhar e conhecer *in loco* experiências de implantação, de construção e de repercussão de Estados Plurinacionais em países latino-americanos selecionados.

O material, viagens e entrevistas que permitiriam realizar os objetivos propostos acima, já foram colhidos e/ou realizados em grande (e talvez suficiente) parte. Embora a sistematização de seus resultados esteja ainda em processamento (o projeto acolhido pelo IEA está em curso neste ano de 2023, tendo iniciado em 7 de março e com previsão de término em 7 de março de 2024), estes serão ao menos parcialmente apresentados aqui.

Para início importante registrar que apesar da vigência mencionada da pesquisa, a construção de seu argumento e referencial teórico-metodológico, bem como suas matrizes epistemológicas, esboçam-se em duas oportunidades ainda nos anos de 2018 e 2019, quando

particpei de dois eventos – Colóquio Internacional de Geocrítica, em Barcelona 2018; Encuentro de Geógrafos de América Latina, em Quito/Equador, 2019 –, nos quais, respectivamente, apresentei os trabalhos intitulados: “Decrescimento: bioeconomia e pós-capitalismo”, acessível em <https://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/MarcosBCarvalho.pdf>, “Renascimento da ecopolítica na América Latina: Bem viver, plurinacionalidade e novos horizontes biocivilizatórios”, acessível em <https://11nq.com/LsQPV>.

A construção do argumento teórico, envolvendo a associação ‘Estado Plurinacional, Direitos da Natureza e Bem viver’, pude sistematizar mais completamente em um capítulo de livro – “Plurinacionalismo, Bien Vivir e Movimentos Decoloniais” – que ajudei a organizar com colegas da USP, intitulado ‘Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania em Tempos de Pandemia’, editada pela Edgar Blucher em 2022 e disponível em seu site <https://www.blucher.com.br/sociedade-meio-ambiente-e-cidadania-em-tempos-de-pandemia>.

Tais argumentos e seus referenciais teóricos continuam sendo sistematizados na forma como brevemente exporei a seguir.

### **A dimensão e a complexidade da crise contemporânea**

Vivemos um tempo de inegável convergência crítica. Difícil distinguir, dentre os vetores que compõem a crise contemporânea, aquela dimensão cuja grandeza possa ser considerada a mais determinante. Há muitas denominações possíveis para as dimensões constituintes dessa convergência. Todas elas indicam as determinações que compõem o nosso ‘concreto’ real e contemporâneo<sup>2</sup> e suas múltiplas crises: social, econômica, ambiental, sanitária, cognitiva, étnica, religiosa, financeira, hídrica, climática, geopolítica, institucional, dentre outras.

O reconhecimento da multidimensionalidade dessa convergência crítica impõe o igual reconhecimento da complexidade com que nos defrontamos. Ou seja, alerta-nos para a impossibilidade de enfrentamento dogmático e simplificador de uma situação que, ao cobrar-nos uma compreensão do caráter civilizacional das crises que enfrentamos, indica-nos também quão simplificadas foram e continuam sendo aquelas propostas e tentativas de superação das crises enfrentando-as apenas pela consideração de um, ou alguns, dos vetores que as compõem,

---

<sup>2</sup> Reverenciamos aqui a advertência metodológica enunciada por Marx em seus *Grundrisse*, nem sempre muito considerada por alguns de seus seguidores: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo...” (Marx, 2011, p.78).

e que não necessariamente são os mais determinantes para a amplitude, – da ordem da civilização –, que as caracterizam, nem para o enfrentamento dos perigos que nos espreitam.

Não são poucas as pensadoras e pensadores da atualidade que reconhecem esse caráter e essa convergência de que falamos. Entre outras/os, poderíamos lembrar de Enrique Leff, Edgar Morin, Catherine Walsh, Nina Pacari, Luis Macas, Ladislau Dowbor, Ana Esther Ceceña, Alberto Acosta, Anibal Quijano, Rigoberta Menchú, Vandana Shiva.

A referência eloquente a essa condição, feita pela mexicana Ana Ester Ceceña (2010, p. 77), poderia sintetizar aquilo que igualmente dizem as pessoas listadas, entre outras: “Efectivamente el capitalismo está en crisis civilizatoria, ha puesto en jaque la vida del planeta y no ofrece oportunidades ni para los seres humanos, ni para la naturaleza. Estamos en un momento de urgencia, al borde de una catástrofe ecológica y de catástrofes sociales de diferente dimensión.”

Conclusões e caracterizações como essas, resultam, por um lado, de uma longa trajetória de resistência e reflexão crítica ao padrão capitalista de produção, e sua economia de predação e pilhagem, instalado planetariamente nos últimos mais de 500 anos. Mas, por outro lado, resultam também do reconhecimento do fracasso produzido pelas alternativas reducionistas que buscaram oferecer contrapontos ao padrão hegemônico, opondo-se corretamente ao predomínio do estatuto privado dos meios de produção (condição promotora da pilhagem, competição e predação), mas “apenas” abraçando propostas de nacionalizar ou promover a estatização desses meios, sem necessariamente modificar suas estruturas, nem tampouco questionar ou ampliar as nacionalidades de subordinação. O fato é que, o padrão urbano-industrial adotado e instalado globalmente, promoveu uma degradação ambiental sistemática, ensejando, segundo Liza Vieira (2005, p. 126), “uma crise ecológica global que ameaça a sobrevivência da vida no planeta”, e que ao ameaçar destruir a “base material da produção caracteriza a crise ecológica como uma crise de civilização”.

O fracasso tanto do capitalismo, bem como de sua alternativa de origem oitocentista (mas realizada e irrealizada no século XX) cobra-nos uma outra postura e uma atualização de nossos referenciais de resistência, a começar pelo reconhecimento da complexidade com que nos defrontamos, com o caráter civilizatório da crise e a centralidade da dimensão socioambiental, anunciada pelas catástrofes sociais e ecológicas que a desenham na atualidade.



Edgar Morin, o reconhecido pensador dessa complexidade, em seu *A Via [Para o futuro da humanidade]* já indicava que os caminhos para responder a tais ameaças não podem ser reducionistas, nem técnicos, mas “requerem, prioritariamente, uma reforma de nossa maneira de pensar para abarcar em sua complexidade a relação entre a humanidade e a natureza, e desenhar reformas de civilização, de sociedade e de vida” (MORIM, 2011, p. 80). Da mesma forma, Ladislau Dowbor, em seu “O capitalismo se desloca”, conclui a reflexão nele contida, alertando-nos para o necessário enfrentamento das “duas catástrofes que se aprofundam na nossa civilização: a destruição ambiental e a desigualdade explosiva”, mas advertindo-nos de que se temos “os meios e os fins, falta construir as políticas”, e lamentando o fato de que “estamos entrando na era do conhecimento com a tecnologia do *Homo sapiens* [que para Morin é *Sapiens-Demens*] e a política dos primatas”. “O desafio não é econômico, é civilizatório”, arremata o economista (DOWBOR, 2020, p. 185).

### **Estado nacional: instituição viabilizadora do padrão global de espoliação**

Tal esforço de ampliação e de reconhecimento da complexidade do desafio, admitamos, já estavam presentes na caracterização do padrão global de acumulação capitalista enquanto uma ‘economia-política’, como o fizeram vários pensadores do século XIX, dentre eles Marx e Engels. E reproduzem-se nas reafirmações de uma ‘economia-mundo’ ou de um ‘sistema-mundo’, como o fizeram Balibar e Wallerstein em seu já clássico *Raça, Nação e Classe*, que recentemente obteve versão para o português, em uma primeira edição brasileira. No prefácio a essa edição, Balibar, em debate com as ideias de seu parceiro de livro, enfatiza a importância da dimensão político-institucional do Estado para compreensão desse sistema, que, no mínimo, necessita dessas expressões compostas para ser mais bem referenciado. Se o sistema-mundo é, como afirma, uma ‘economia generalizada’, são “os processos de formação dos Estados, das políticas de hegemonia e das alianças de classes [que] formam o tecido dessa economia”, arremata Balibar em seu prefácio a essa nova edição, realçando a importância dessa dimensão do sistema-mundo, destacando a existência dessa “instituição comum à burguesia mundial que tende a lhe conferir uma existência concreta”: “Essa instituição é o próprio *sistema dos Estados*, cuja estabilidade tornou-se bem evidente desde que, após revoluções e contrarrevoluções, colonizações e descolonizações, a forma do Estado nacional se estendeu formalmente à humanidade inteira.”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Balibar, E. Prefácio à nova edição da mencionada obra, disponível em <<https://aterraeredonda.com.br/raca-nacao-classe/>>

A instituição do Estado Nacional viabilizou o sistema global de espoliação (a *Raubwirtschaft*, – economia de pilhagem –, como assim a caracterizavam diversos autores, dentre os pensadores europeus do século XIX, de Marx a Ratzel, aos mais atuais, como Joan Alier e seu ‘ecologismo dos pobres’<sup>4</sup>), proporcionando a realização do sistema-mundo e sua economia-política que do espaço global se assenhorou, produzindo a condição de convergência crítica contemporânea aqui referida.

O chamado Estado Nacional Moderno consolidou-se como a unidade geopolítica de organização do mundo e desorganização, enquadramento ou sufocamento de tudo o mais: dinâmicas ecossistêmicas, identidades culturais, étnicas, religiosas, comunitárias etc. Boa parte dessa desorganização se deve ao fato de que, assim como os Estados Nacionais tornados países, expressam-se e existem territorialmente, em função das espacialidades que suas dinâmicas produzem e requisitam para (re)produzir-se, as demais dinâmicas e identidades mencionadas também se caracterizam e são reconhecidas pelas territorialidades que produzem e necessitam para a manutenção de suas integridades. Como os limites ou as fronteiras desses territórios não são coincidentes, a subordinação e a contenção dessa multiplicidade e variedade de fatos (da cultura humana e das demais dimensões da natureza terrestre), às imposições e às regras de uma dessas fronteiras, é evidente fato gerador de crises.

Obviamente, essa “descoincidência” não é o único fato gerador das muitas crises que poderíamos identificar, de um lado, como socioeconômico-culturais, ou físico-biológico-naturais, de outro, ou, em uma palavra, – para facilitar –, socioambientais, que estamos colhendo na atualidade. Inegavelmente, porém, esse é um fator dos mais importantes, que também mereceria a nossa reflexão e uma maior atenção, sobretudo por parte de quem pretenda a essa ordem crítica se opor, ou apresentar alternativas que não sejam nem aquelas reducionistas, há pouco mencionadas, nem as que adiram aos projetos que não confrontam as subjugações, especialmente as de nacionalidades e de culturas sufocadas, ou de direitos ainda não adequadamente reconhecidos, como os da natureza.

A contraposição clássica a esse *status quo*, que também têm se alimentado de perspectivas antropocêntricas, eurocentradas ou ‘norteadas’ (no sentido de vinculadas aos interesses hegemônicos do ‘norte epistemológico’), portanto, não nos indicará as saídas reais dessa condição.

---

<sup>4</sup> Cf. MATAGNE, P. L’anthropogeographie allemande: un courant fondateur de l’écologie? *Annales de Géographie*, 1992 e ALIER, J. *Ecologismo dos Pobres*, São Paulo: Contexto, 2018.

Audre Lorde, já nos advertia de que não serão com as “ferramentas do amo” que vislumbraremos os caminhos “para desmontar a casa do amo” (LORDE, 2017). Portanto, convém prestar atenção em alguns caminhos, até aqui não muito prestigiados, de horizontes alternativos que nos têm sido oferecidos a partir deste “outro centro do mundo” em que nos encontramos, consequentemente pelas epistemologias e ações que lhes são correspondentes.

### **Horizontes de resistência: bem viver e Estado Plurinacional**

Um desses horizontes, traduz-se pela perspectiva do *bien vivir*, que segundo Anibal Quijano é contemporânea ao processo de implantação do sistema mundo dessa economia-política referida, especialmente à implantação do Estado Nacional Moderno, ambos ‘fenômenos’ do século XVII (QUIJANO, 2014). Um, como se reiterou, viabilizou o sistema de espoliação, promovido pela colonialidade que o instrumentalizou; outro, manteve-se como horizonte de resistência através dos últimos séculos e agora emerge como lastro e fundamento para os novos ordenamentos possíveis que alguns países da América Latina já estão adotando.

Esses novos ordenamentos a que aqui se reportam, lastreados por esse horizonte de resistência, ou, como preferem alguns, de (re)existência, já figuram pioneiramente em algumas sociedades, com a implantação e institucionalização dos Estados Plurinacionais.

Trata-se de um pioneirismo latino-americano que revela compreensão da dinâmica dos processos que levaram à implantação do atual padrão global de acumulação, e que sugere, portanto, meios alternativos de combatê-lo e, além do mais, evidencia-se bastante sintonizado com as questões centrais e críticas da atualidade, sobejamente a questão socioambiental.

Apoiados nas perspectivas do *bien vivir*, do reconhecimento dos direitos da natureza e da indissociabilidade entre as diversidades socioculturais e as biofísicas, os estados plurinacionais concretizam aquilo que diversas *Cumbres de Povos Originários da América* (rebatizada de *Abya Yala* nesses encontros) vêm apregoando, há algum tempo. Em uma delas – ocorrida em Iximche (Guatemala) em 2007, a *III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala* –, constituiu-se uma “Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala”. Na ‘Declaração de Iximche’, que divulgou a constituição dessa ‘Coordenação’, esta, além de ser anunciada como instância promotora de um espaço permanente para o qual poderiam convergir e intercambiar as propostas coletivas de enfrentamento das políticas de globalização neoliberal e de luta “pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver

bem”, pregava a necessidade de consolidar “os processos iniciados para fortalecer a refundação dos Estados-Nação e a construção dos Estados Plurinacionais e sociedades interculturais, através das Assembleias Constituintes com representação direta dos povos e nacionalidades indígenas.”<sup>5</sup>

Alguns países atenderam a esse chamado, como o caso do Equador e da Bolívia, que em 2008 e 2009, respectivamente, promulgaram constituições que os definiram como Estados Plurinacionais. Outros, tiveram suas cortes superiores acionadas por movimentos interessados e chegaram a proferir sentenças, como no caso colombiano que declarou o Rio Atrato como ser vivo e pleno de direitos, ou no caso brasileiro, cuja corte suprema (STF- Supremo Tribunal Federal) acolheu o recurso para julgamento da tese do ‘marco temporal’ e, após o voto de dois juízes (um a favor do estabelecimento da data da promulgação da constituição, 5/10/1988, como marco para o reconhecimento e demarcação de terras indígenas; outro, contra, e reconhecendo os direitos ancestrais e anteriores a essa data) teve as sessões suspensas, em junho de 2022. Esse julgamento foi retomado em meados de 2023 e, em 21 de setembro deste ano, a tese do ‘marco temporal’ foi finalmente rechaçada por uma maioria de 9 votos contra apenas 2 favoráveis.

Antes disso, em 2021, Elisa Loncón, professora e liderança Mapuche, em seu discurso de posse na presidência da Convenção Constitucional do Chile, ao defender a refundação de seu país, em novas bases que ampliassem a democracia e a participação, exortou por um processo em “que possam nos ver desde o último rincão de nosso território e nos escutar em nossas línguas originárias, que ficaram postergadas durante tudo o que foi o Estado Nação chileno”. As consequências dessas necessárias visibilidades e dessa escuta, a liderança Mapuche enumera ao arrematar essa parte de sua fala: “Pelos direitos de nossas nações originárias, pelos direitos das regiões, pelos direitos da Mãe Terra, pelos direitos da água, pelos direitos das mulheres e pelos direitos de nossas crianças.”<sup>6</sup>

A importância do combate à invisibilidade dos povos/nações originários, bem como a necessidade de sua escuta, sintetizada e simbolizada na enumeração dos direitos acima, dentre outros, também reside no fato de que suas histórias e resistências, assim como o legado de suas territorialidades mantidas e/ou conquistadas os dotam de autoridade e sabedoria para indicar os caminhos que muitos almejamos para a superação das crises que aqui se caracterizam.

---

<sup>5</sup> Declaração de Iximche, 10 de abril de 2007, disponível em <<https://cimi.org.br/2007/04/25906/>>

<sup>6</sup> Discurso integral disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=NAyy88Gk7WE>>



Em associação com outras comunidades tradicionais e afrodescendentes<sup>7</sup>, são capazes de produzir e manter, por exemplo, um espaço como o Amazônico, reconhecidamente o principal repositório da sociobiodiversidade planetária. Seus representantes reconhecem o peso da responsabilidade que seus percursos civilizatórios e os processos de destruição a que foram submetidos, impuseram: “Somos 1% da população brasileira, 5% da população indígena do mundo e protegemos 83% da biodiversidade do planeta. A humanidade precisa reconhecer que o ecocídio, genocídio são atos políticos e históricos”<sup>8</sup>.

E apesar de já terem enfrentado “A queda do céu” (Kopenawa), conhecem o caminho que poderá nos levar a “Adiar [mais uma vez] o fim do mundo” (Krenak). Imprescindíveis, portanto, para o enfrentamento desses tempos em que os “céus”, mais uma vez, ameaçam desabar sobre nossas cabeças, por efeito da grave crise socioambiental planetariamente instalada.<sup>9</sup>

Escutá-los, considerá-los e torná-los visíveis, nesse sentido, implica em aderir tanto às propostas que estão defendendo, desde os séculos iniciais da violenta ocupação colonial, como às sugestões mais recentes formuladas nas *Cumbres* mencionadas, com seus princípios de plurinacionalidade, interculturalidade e direitos da natureza. À violência da ocupação colonial, da qual foram as vítimas primeiras, contrapuseram os horizontes do *Bien Vivir*. Esses horizontes permanecem guiando todos os outros princípios preconizados. Alguns deles, como há pouco se mencionou, já se desenham como conquistas institucionalizadas.

Os princípios e horizontes indicados compõem a alternativa civilizatória almejada pelos que reconhecem a gravidade da crise contemporânea. Segundo a socióloga equatoriana Irene León, essa alternativa que se “fundamenta en la construcción de relaciones armoniosas y de interdependencia entre lo viviente: seres humanos entre sí, seres humanos y naturaleza”, além

---

<sup>7</sup> Destaque para duas pensadoras que se notabilizaram por evidenciar a importância desses vínculos: Lelia Gonzales, com seus consagrados conceitos de *améfrica* e *amefricanidade*; e Njoki Wane, que na perspectiva do feminismo negro, evidenciou os laços decoloniais que unem as lutas dos “povos originários” dos dois lados do Atlântico sul e de norte a sul do América. V. em GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988, e v. WANE, N. “Mapping the field of Indigenous knowledges in anti-colonial discourse: a transformative journey in education”, *In: Race Ethnicity and Education*, 11:2, 183-197, 2008.

<sup>8</sup> Cf. Celia Xakriabá em <<https://www.cedefes.org.br/celia-xakriaba-muito-se-fala-de-amar-a-patria-mas-a-mae-do-brasil-e-indigena/>>

<sup>9</sup> Apenas mencionam-se aqui os dois títulos, por si só muito significativos e expressivos, de obras desses reconhecidos intelectuais e lideranças indígenas, como reconhecimento da relevância dos aportes que ambos nos proporcionaram em KRENAK (2019) e KOPENAWA, D. e Albert, B. (2015).

de “colocar la diversidad como consubstancial”, destaca “la centralidad de la reproducción ampliada de la vida – no la del capital – (...)” (LEON, 2010, p. 8).

Para os responsáveis pela produção e reprodução dos principais mananciais de sociobiodiversidade do planeta e ‘especialistas’ em situações terminais, como as que estamos vivendo, reverses como o resultado do plebiscito chileno, ou o longo percurso do julgamento e do processo do Marco Temporal, rechaçado no STF, aprovado no Congresso e não sancionado pelo presidente Lula, são episódios de uma luta mais ampla com os quais é possível lidar, e aqui estão presentes e se desenvolvendo desde os anos iniciais da ocupação colonial. A importância dessa luta, além de se traduzir por um debate civilizatório, presente na atualidade de nosso continente, revela-se como algo mais amplo e original do que simplesmente a almejada transição do capitalismo para o socialismo. E embora tenha sido parcialmente sufocada com a destruição e o genocídio provocados pelos séculos de colonização e de colonialidade, tem sido resgatada muito intensamente, e particularmente nas últimas décadas. Segundo Souza Santos “el movimiento indígena, el movimiento afrodescendiente, han logrado realmente rescatar esta diversidad cultural y eso ha permitido ampliar un debate que no existe en otro continente.” (Souza Santos, 2010, p. 20)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há, por parte dos setores e/ou pessoas representativas/integrantes das comunidades tradicionais, originárias e periferizadas, uma certa tranquilidade e convicção na adesão às propostas indicadas pelos objetos centrais desta pesquisa – Estado Plurinacional, Bem viver e Direitos da Natureza –, que contrasta com alguma vacilação, reticência ou incompreensão, por parte dos demais setores e/ou pessoas, mesmo aquelas que manifestam graus importantes de solidariedade com a luta e a condição dos subalternizados, ou que tenham produção e reflexão intelectuais acerca destes, de seus movimentos e situação. Estes, –os subalternizados –, em algumas situações, indicam-nos até mesmo as pistas para compreender esse contraste e sua percepção no trato e na adesão às questões relacionadas aos tais objetos centrais. Se o discurso de Elisa Loncón, mencionado há pouco, pode ser considerado um exemplo ilustrativo disso, a advertência que o igualmente mencionado Krenak, sugeriu-nos em uma de suas últimas publicações, – “Futuro Ancestral”, resultado de uma coletânea de publicações recentes organizada por Rita Carelli –, é contundente nesse sentido:

“Seria essencial refundarmos nosso país e concebermos, por aqui também, a ideia de um Estado plurinacional, porque esse nosso velho Estado colonial tem um DNA de pirata, de bandeirante: existe para comer os outros. Eu fico admirado que a maior parte das lideranças políticas, não só do Brasil, mas de grande parte do planeta, são tão alienadas que não se tocam que se não nos abriremos a essa matriz cultural ampla, vamos apenas aprofundar o desastre em que estamos metidos – inclusive do ponto de vista ambiental”. (KRENAK, 2022, p. 88)

Essa crítica à alienação das ‘lideranças’, que não se atentam para a necessidade de se abrirem para “essa matriz cultural mais ampla” e o risco que isso produzirá em termos de aprofundamento do “desastre em que estamos metidos”, indica, ao menos em parte, as razões da reticência e vacilação apontadas, e em parte a razão dos reveses que projetos claramente antenados com as soluções das crises que estamos atravessando na atualidade, possam sofrer. De certa maneira, ecoa a mesma compreensão sintetizada em uma já antiga e famosa frase de Chico Mendes (que junto com Krenak, aliás, entre outros, fundou nos anos 1980 a Aliança dos Povos da Floresta), mencionada no discurso que a presidenta do Andes-SN fez na sessão inaugural do Congresso de Rio Branco, (em itálico):

*“No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”.* Estamos nas terras de Chico Mendes, na Amazônia acreana, nesse lugar de enormes contradições, conflitos, desigualdades, mas também marcado por grandes lutas e resistência. Temos que enfatizar a importância desse congresso em um contexto de aprofundamento dos ataques a florestas e, em especial aos povos originários. É impossível começar esse congresso sem lembrar o genocídio do povo Yanomami. Essa investida de destruição dos povos originários, das suas terras e da sua cultura provocou o sumiço de comunidades inteiras. A resistência desses povos é um exemplo de luta.<sup>10</sup>

Esse destaque, à fala inaugural do Congresso do Andes em Rio Branco/AC, acontecido no começo de 2023, justifica-se, pois, na prática, foi por onde iniciei a coleta e a verificação das etapas concernentes à pesquisa (considerando a data oficial de seu início) cujos resultados e discussão aqui, neste item, exponho e desenvolvo. E o que se sucedeu a partir daí, dessa fala inaugural, reforça a percepção do contraste já inicialmente relatado, nas adesões às perspectivas que nossos objetos centrais de pesquisa encerram: a maior parte das decisões relacionadas às dimensões socioambientais, incluindo as propostas de Texto de Resolução que apresentamos no mencionado Congresso, foram relegadas para um segundo plano, ou melhor, para uma segunda deliberação, pois em função de outras prioridades, remeteram-se as TRs para deliberação em outra instância ocorrida em julho de 2023, no CONAD de Campina Grande, como já se adiantou no item metodologia. Além do mais, segundo os poucos ‘grupos mistos’

---

<sup>10</sup> Trecho do discurso de abertura do 41º Congresso do Andes, proferido por sua presidenta, Rivânia L. Moura de Assis, disponível em <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/comeca-o-41o-congresso-do-aNDES-sN-em-rio-branco-aC1>>

(grupos de discussão e trabalho que filtram os assuntos que serão conduzidos, ou não, a uma deliberação),- 4 (quatro) de um universo de 15 (quinze), em que se distribuíram os cerca de 600 (seiscentos) congressistas -, precisávamos de tempo para amadurecer as propostas e avaliar a adesão ao que se propunha. ‘Acumular’, no jargão difundido por esses poucos grupos de discussão que conseguiram no congresso de Rio Branco, discutir algo dos TRs apresentados e que assim indicaram essa sugestão: “[que o] ANDES-SN acumule sobre perspectivas de *Bien Vivir*, Plurinacionalidade e Direitos da Natureza...”

Como já em certa medida se adiantou, no 66º CONAD, as representações das Associações Docentes ali presentes reafirmaram essa necessidade de o ANDES-SN proporcionar condições para o acúmulo e o debate em torno dessas perspectivas. Deram um passo a mais, porém, deliberando introduzi-las, e com destaque, na declaração final do encontro, na Carta de Campina Grande, que as divulgou, em negrito, afirmando o “aguçamento dos debates sobre o **Buen Vivir, plurinacionalidade e direitos da natureza**”, e cuja íntegra pode ser verificada em <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/bru/br/brun/Anexo-Circ213-23.pdf>>.

Atividades que desenvolvi entre esses dois eventos, igualmente já mencionadas no item metodologia, tais como os artigos produzidos para a Revista Universidade e Sociedade, assim como as participações no ATL ou as entrevistas e palestra realizadas no Chile, também em Santo Domingo, no EGALC, assim como as que posteriormente foram realizadas durante o XI ENANPPAS ou o próprio XV ENANPEGE, entre outras, ou se prestaram a difundir ideias e colaborar com o ‘acúmulo’ solicitado, ou se converteram em situações que além de proporcionarem a difusão de parte da sistematização dos fundamentos teóricos da pesquisa, estimulando-me a realizar tal sistematização, igualmente facilitaram o acesso a depoimentos de pessoas e a debates, que acabaram por produzir material, que embora ainda esteja para ser completamente sistematizado, já permitem utilizá-lo como apoio para algumas conclusões que se poderiam enumerar como resultantes desse percurso e que reafirmam a impressão já também em parte adiantada no início deste item . Dentre elas, as seguintes:

- A conformação de um horizonte (bio)civilizatório potencialmente transformador e capaz de colocar em cheque a continuidade do modelo de injustiça socioambiental prevalente, depende da indissociação entre as dimensões da ‘plurinacionalidade’, dos ‘direitos da natureza’ e do ‘bem viver’. Aliás, é essa associação que nos remete a considerar a originalidade latino-americana dessa proposta;



- As dificuldades de compreensão das dimensões que a compõem são inúmeras: ‘direitos da natureza’, invariavelmente confundem-se com ‘direitos humanos’ e suas variáveis, ou são colocados em oposição a este último; bem viver/bien vivir/ buen vivir, igualmente padece de simplificação (confundido com ‘bem-estar social’ ou ‘relação harmônica c/ mãe natureza’), ignorando-se o seu sentido comunitário e coletivo, assim como ignora-se a pluralidade de ‘bens viveres’ e a simplificação produzida na língua do colonizador ao estabelecer equivalências forçadas entre universos culturais muito distintos; plurinacionalidade, igualmente confunde-se com multiculturalismo, estado de nacionalidades dos austromarxistas, federação de interesses, ao invés da institucionalidade ou reconhecimento institucionalizado das pluralidades culturais, da outridade radical etc.
- O interesse por essa discussão e acolhimento dos horizontes que representam generalizam-se entre representantes de comunidades afrodescendentes e tradicionais, e não só entre aqueles vinculados aos povos originários; as perspectivas de aquilombamento, marronagem e demarcação territorial indígena convergem nesse sentido;
- Esse interesse e essa convergência evidenciam-se particularmente na não vacilação com que essas e esses representantes acolhem as teses e as perspectivas, especialmente da plurinacionalidade, e a reticência que setores da intelectualidade, mesmo a que genericamente poderíamos caracterizar de progressista, demonstram diante do tema.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As conclusões e resultantes indicadas acima foram proporcionadas tanto pelo percurso de revisão e produção bibliográfica, já relatado, como também pelos depoimentos colhidos, seja em entrevistas, como as realizadas no Chile (pelo menos oito depoimentos com assessores, militantes e participantes do processo constitucional, além de debate com estudantes de pós-graduação da Universidade Católica), na República Dominicana (em sessão de debates sobre minha pesquisa, que lá foi apresentada, e em entrevista com o presidente da Associação Dominicana de Geógrafos), ou no ATL de Brasília (conversando com organizadores da APIB e alguns de seus convidados estrangeiros), seja na participação de debates, em diversos eventos (Enanppas, onde colhi 4 depoimentos; e no próprio Enanpege, onde colhi outros 7), nos quais

a oportunidade de conversar diretamente com pensadoras e pensadores importantes (alguns deles relacionados em minhas próprias referências bibliográficas), proporcionaram ricos depoimentos e posicionamentos que permitiriam comprovar, por exemplo, os contrastes nos comportamentos e acolhimentos, ou as incompreensões, em relação às dimensões que compõem o tema da pesquisa (plurinacionalidade, direitos da natureza e bem viver), assim como colher argumentos que indicam a força transformadora que a associação dessas dimensões potencializa.

Não poderia deixar de registrar, neste item final, a referência a um procedimento que foi se consagrando pelo próprio percurso da pesquisa – gravar os depoimentos e respostas provocados em debates por indagações minhas acerca das dimensões mencionadas, especialmente, - mas não só -, a plurinacionalidade –, que permitiu ampliar a abrangência dessa ‘coleta’ por causa das imposições da própria situação a que recentemente estivemos submetidos durante a pandemia. Esta, que nos legou o registro gravado e a disponibilidade de quase tudo (que estiver nessa condição), e não só as atividades remotas, permitiu-me reunir no acervo do material de pesquisa depoimentos importantes, como, por exemplo, os de Emir Sader, Flavia Mateus Rios, Manuela Carneiro da Cunha, Mauro W. B. Almeida e Sonia Guajajara, que em situações ainda antes do mencionado início oficial desta pesquisa, proporcionaram-me importantes respostas às mesmas indagações que posteriormente passei a fazer no transcurso deste ano em que oficialmente a ela, à pesquisa, dedico-me quase exclusivamente. Nesses depoimentos já se esboçavam alguns dos importantes contrastes que, como relatei, têm marcado as posturas e os acolhimentos com relação às dimensões componentes do objeto central de minha pesquisa, que se poderiam aquilatar apenas com as manifestações efusivas que colhi da atual ministra Sonia Guajajara – “Super vale a gente travar essa discussão e essa pressão para sermos um país plurinacional, porque nós temos diferentes culturas, povos e territórios. Hoje no Brasil, depois de tudo que foi de extermínio, temos 305 povos diferentes, 274 línguas faladas...” –, ou da socióloga Flavia Rios da UFF, que ampliou o interesse por essa questão ao expressar a sua importância também para a comunidade que ela representa: “Movimentos sociais, povos originários e população afrodescendente temos lutado contra a homogeneização promovida pelo estado nacional moderno (...) Sim, as populações negras se interessam pelo

tema, pela institucionalização e reconhecimento do pluralismo...”.<sup>11</sup>

Essa fusão de interesses ‘dos de baixo’, dos subalternizados, é que produz aquilo que o mencionado martinicano Malcon Ferdinand relaciona como uma das importantes características de sua proposta de uma ‘ecologia decolonial’. Segundo ele, esta, reuniria desde as ações dos povos pré-colombianos e autóctones, resistentes diante das predações das multinacionais e dos estados liberais, às manifestações de todos aqueles que continuam sendo despejados no porão do mundo, descendentes dos que foram trazidos para as Américas nos porões dos navios negreiros e recriaram uma ecologia política resistente e identificada por suas perspectivas de aquilombamento de marronagem, que se espalham pelos guetos e favelas e encontram-se com as lutas de ecologia urbana (cf. FERDINAND, 2022).

Por fim, registro ainda um achado que esta coleta de depoimentos igualmente proporcionou e que dificilmente as revisões bibliográficas e as vias tradicionais de pesquisa acadêmica encontrariam: um movimento de mulheres indígenas pela plurinacionalidade, conforme me informou Jamille da Silva Lima-Payayá, indígena professora da Universidade do Estado da Bahia, após uma indagação dirigida por mim a uma das mesas de debate do XV Enanpege, integrada também pelos profs Manoel F. de Souza e Ruy Moreira. Com a reprodução de um trecho do depoimento em que obtive essa informação, encerro este relato de pesquisa que este trabalho sintetiza:

“A questão colocada pelo prof Marcos sobre a plurinacionalidade Essa é uma questão muito importante porque nós somos plurinacionais, mas é um Brasil que não se conhece na maior parte das vezes. Quantos povos indígenas a sociedade de uma maneira geral conhece? Ela consegue nomear mais de cinco? Muitas vezes não sabe nem os nomes dos povos. São quase 300 línguas faladas. Conhece alguma delas? (...) Um Brasil que não se conhece e continua tratando os povos indígenas como bárbaros, ou seja, como estrangeiros. Essa discussão da plurinacionalidade nós temos trazido para a frente, inclusive compomos um movimento de indígenas mulheres, - e não de mulheres indígenas -, centenas de mulheres (já passamos das 370), articuladas com a OIT, com essa pauta. Nosso movimento é Movimento Plurinacional Wayrakuna (‘filhas da ventania’), mas assumindo a plurinacionalidade já reconhecida em outros países há muito tempo, inclusive também pensando a internacionalidade que sempre fomos. Às vezes essas coisas surgem sempre falando de fora, pra fora, sem olhar pra constituição e pra própria perspectiva territorial que foi pensada e concebida pelos povos indígenas nesse lugar apelidado de Brasil, que se diz uma única nação através da condição de brasileiro que é da hibridização e do apagamento da diferença através de uma fusão de povos por meio da violência, por meio do estupro; esse Brasil que carrega esse nome sobre o sangue dos povos indígenas, primeiramente, e de tantos outros povos e que não reconhece o direito à plurinacionalidade, que dirá à terra, que dirá aos chamados direitos da natureza, que também somos...”<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Esses depoimentos podem ser verificados, respectivamente, nos vídeos gravados e disponíveis em <[https://www.youtube.com/watch?v=A1h\\_z8YxiE4](https://www.youtube.com/watch?v=A1h_z8YxiE4)> e <<https://www.youtube.com/watch?v=qZP0ZuIYL9k>>

<sup>12</sup> Fala extraída de registro gravado pelo autor. Para maiores informações sobre ‘Wayrakuna, Movimento Plurinacional de indígenas mulheres’, ver <[https://www.instagram.com/wayrakuna\\_/](https://www.instagram.com/wayrakuna_/)>



## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: **Ed. Elefante**, 2016.
- BAUER, O. La Cuestión de las Nacionalidades y la Socialdemocracia. Madrid: **Ed. Akal**, 2020.
- CECEÑA, A. E. Pensar la vida y el futuro de otra manera *In*: LEON, 2010.
- DOWBOR, L. O capitalismo se desloca. São Paulo: **SESC**, 2020.
- FERDINAND, M. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: **Ubu Editora**, 2022.
- GUDYNAS, E. Direitos da Natureza: Ética Biocêntrica e Políticas Ambientais. São Paulo: **Ed. Elefante**, 2019.
- KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: **Cia das Letras**, 2019.
- KRENAK, A. Futuro ancestral. São Paulo: **Cia das Letras**, 2022.
- KOPENAWA, D. e ALBERT, B. A queda do céu. São Paulo: **Cia das Letras**, 2015.
- LEON, I. Resignificaciones, cambios societales y alternativas civilizatórias. *In*: LEON, 2010.
- LORDE, A. “Una letanía para sobrevivir” y Las herramientas del amo nunca desmontarán la casa del amo. *In*: SEPTIEN, R. C y BIDASCA, K. (eds). Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes. Buenos Aires: **CLACSO**, 2017. p. 101-108.
- LEON, I. (Coord) Sumak Kawsay / Buen vivir y cambios civilizatórios. Quito: **Fedaeps**, 2010,
- MARX, K. Grundrisse. São Paulo: **Boitempo**, 2011
- MILLALEO, S. Por una Vía “Chilena” a la Plurinacionalidad. Intervenciones de una Década (2010-2020). Santiago: **Ed Catalonia**, 2021.
- MORAES, A. C. R. Meio ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: **Annablume**, 2005.
- MORIN, E. La Via/ Para el futuro de la humanidad. Barcelona: **Paidós**, 2011
- QUIJANO, A. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/ descolonialidad del poder. Buenos Aires: **CLACSO**, 2014.
- SOUZA SANTOS, B. La hora de l@s invisibles. *In*: LEON, 2010.
- VIEIRA, L. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: **Record**, 2005
- WALSH, C. Entretejiendo lo Pedagógico y lo Decolonial: Luchas, Caminos y Siembras De Reflexión-Acción Para Resistir, (Re)Existir Y (Re)Vivir. e-book **Alter/nativas**, 2017.  
Disponível em <https://alternativas.osu.edu/pt/ebooks/catalog/new-ebook.html>